



## **ECONOMIA INFORMAL E O INÍCIO DAS EMPRESAS MEI**

## **INFORMAL ECONOMY AND THE START OF MEI COMPANIES**

**CAROLINA GUIMARAES DE SOUZA<sup>1</sup>**

Graduanda em Ciências Contábeis pela Unievangélica –GO

**Prof. Me DANIEL FERREIRA HASSEL MENDES<sup>2</sup>**

Professor do curso de Ciências Contábeis Unievangélica –GO

<sup>1</sup>Carolina Guimaraes de Souza- Bacharelado no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) –Brasil - Email: cgsouza20@gmail.com.

<sup>2</sup>Daniel – Professor Me. do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) – Brasil - Email: danielhmendes@hotmail.com.

Resumo: O trabalho a seguir tem como tema a economia informal e o início das empresas MEI. Contudo será apresentado fatores pelos quais a informalidade se encontra tão presente, a informalidade ao longo da história, bem como a apresentação do incentivo do Governo que foram a criação das empresas MEI's, a sua influência na economia do país, assim como o que funciona a empresa, a contabilidade, o empreendedor, e os fatores pelos quais se dá a mortalidade de empresas em seus primeiros anos de vida e todos os aspectos da economia informal que fazem direta ou indiretamente uma interferência na economia do país. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, bibliográfica, concluindo a importância da formalidade de empresas bem como de funcionários perante o cenário econômico e social do país.

**Palavras-Chave: Empreendedorismo, Economia, Empresas.**

#### ABSTRACT

The following work has as its theme the informal economy and the beginning of the MEI companies, however will be presented factors for which informality is so present, informality throughout history, as well as the presentation of the Government incentive that were the creation of companies, their influence on the economy of the country, as well as what works the company, the accounting, the entrepreneur, and the factors by which is the mortality of companies in their first years of life and all aspects of the informal economy that directly or indirectly interfere with the country's economy. The methodology used was the exploratory, bibliographical research, concluding the importance of the formality of companies as well as of employees in the economic and social scenario of the country.

**Key Words: Entrepreneurship, Economy, Companies.**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema ‘Economia informal e o início das empresas MEI’, fazendo assim a apresentação do microempreendedor individual bem como todos seus benefícios na economia brasileira, suas leis, obrigações.

Contudo será apresentada a história da economia informal ao longo do tempo, com seus motivos e explicações do porque a informalidade se dá tão presente no Brasil, a influência que causa na economia e na sociedade do país. A educação econômica no Brasil é um tanto quanto extinta, porém é de suma importância para o crescimento do país, contudo possui uma ligação com a contabilidade, assim será demonstrado a forma com a qual a contabilidade está ligada à economia, e a importância que tem para a informação e a diminuição da mortalidade de empresas em seus primeiros anos de vida.

O principal problema a ser abordado é: Qual a amplitude de interferência da informalidade e do advento das empresas MEI no contexto econômico do país?

O objetivo é analisar a importância das empresas da informalidade, contabilidade e o empreendedor MEI para a economia do país.

Justifica-se a importância do estudo desses fatores pelo aumento crescente da mortalidade de empresas em seus primeiros anos de vida. Em razão de tal problema, o trabalho auxiliara o entendimento e facilitara possíveis aberturas de empresas, interligando a importância da contabilidade juntamente com a economia. O objetivo é a apresentação das empresas da contabilidade, da abertura de principalmente de empresas MEI e tal impacto tem na economia. Os objetivos gerais serão conceituar a função da contabilidade na empresa; demonstrar o motivo da economia informal existir; e relacionar os pontos das quais necessita-se das duas áreas trabalhando juntas.

Portanto a metodologia utilizada no mesmo será uma pesquisa explicativa com abordagem quantitativa, com coleta de dados a partir de livros, artigos científicos, revisões bibliográficas, conteúdos publicados na internet.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A ECONOMIA INFORMAL

As mudanças econômicas e os avanços gerados pela globalização suscitaram a nível mundial a discussão acerca da economia informal. Considera-se trabalhador informal para efeito da lei, aquele indivíduo que trabalha sem contratos ou registros formais. Portela (2009) entende que o trabalhador informal é aquele que não pode contar com a legislação trabalhista, no entanto, para Cacciamali (2012) a informalidade, muitas vezes, é difícil de ser definida, e de uma forma mais ampla, pode-se dizer que trabalho informal é aquele que surge por meio do trabalhador autônomo, incidindo com mais frequência em momentos de crise de desemprego (MENDES; CAMPOS, 2004).

Portela (2009) ainda ressalta que se consiga chegar a uma definição precisa do termo “economia informal” e preciso estudar a fundo seus efeitos e suas causas, para então eleger um significado conceitual mais acertado.

Neste contexto, sabe-se que o Brasil vive uma das mais graves crises de emprego da história. Nem mesmo quando se passou do trabalho escravo para o assalariado, nem mesmo a depressão de 1929 e nem as graves recessões de 1992 causaram tão expressiva quantidade de desempregados como os existentes atualmente. Segundo dados do PME (2017) (Pesquisa Mensal de Emprego) entre os anos de 2004 a 2016, a taxa de desemprego variou de 12,5 a 8,2. Ainda segundo o PME (2017), a população desempregada em janeiro de 2016 era de 1.879 milhões de pessoas e em fevereiro deu um salto para 2.015 milhões.

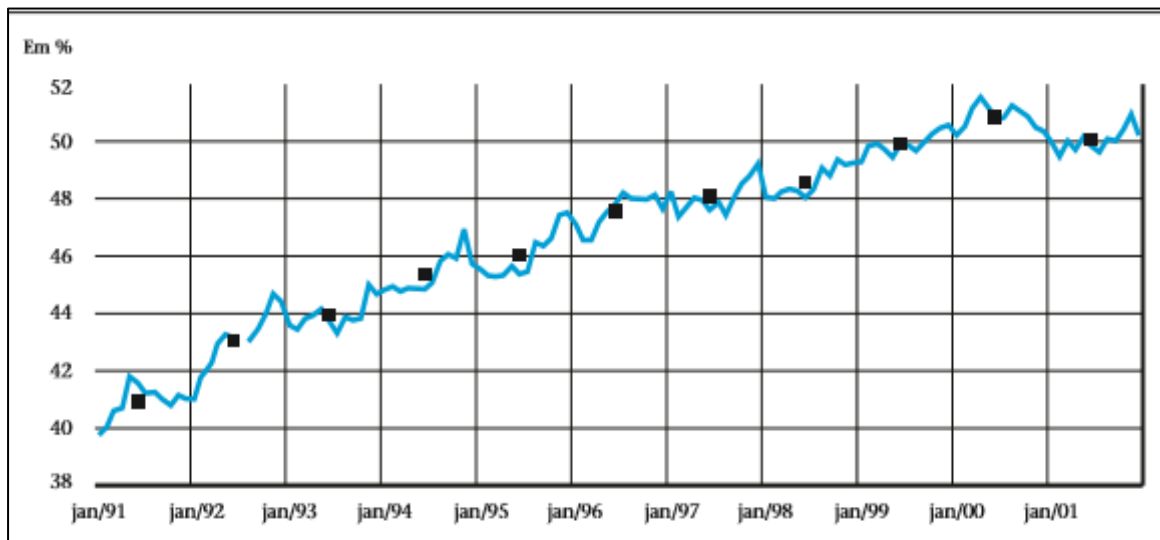
#### 2.1.1 Economia Informal ao longo da História

O termo “trabalho informal” teve sua gênese no ano de 1972 no momento em que se discutia as condições de trabalho existentes em países da África, como Gana e Quênia, onde um grande número de trabalhadores exerciam atividades sem reconhecimento por parte do governo e assim, sem qualquer proteção ou regulamentação (GONDIM *et al.* 2006).

Na concepção de Baltar *et al.* (2010) no Brasil, na década de 90 em especial, a indústria sofreu um grande declínio onde a informalidade cresceu significativamente e segundo Ramos (2016), a década de 90 foi um período bastante instável na economia do

Brasil, sendo uma das principais características desta década foi o crescimento de trabalhos informais, conforme demonstra a Figura 1.

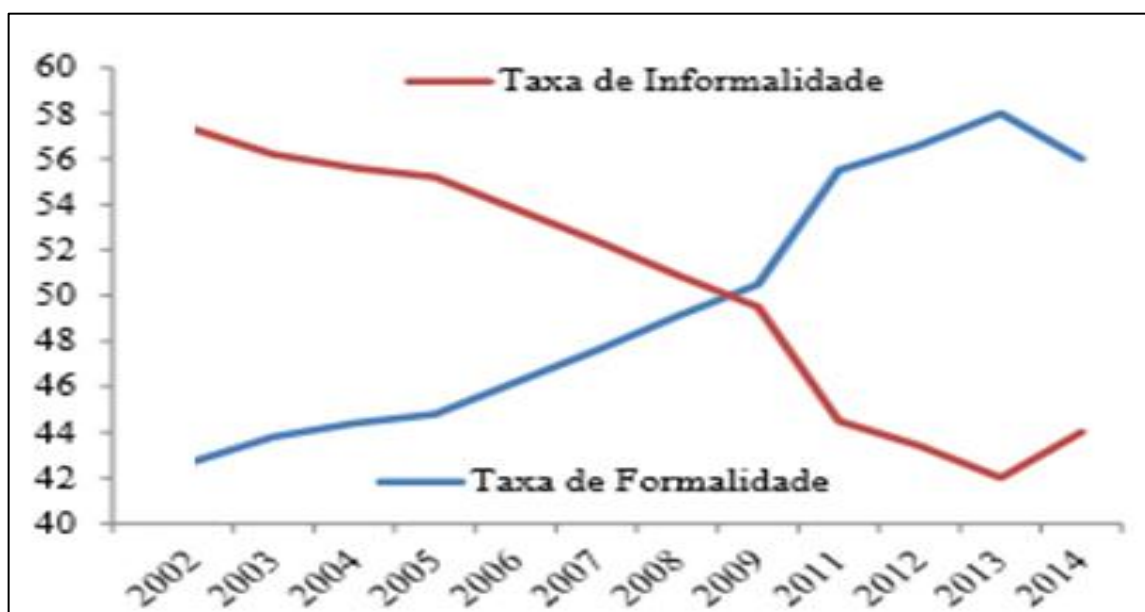
**Figura 1:** Taxa de informalidade no Brasil de 1991 à 2001



Fonte: (RAMOS, 2016, p. 52)

No entanto, a partir dos anos de 2002 a 2013, a taxa de informalidade sofreu uma queda brusca, que segundo Baltar *et al* (2010), ocorreu devido às importantes políticas de regulação do trabalho e um eficiente trabalho de órgãos fiscalizadores. Essa queda pode ser visualizada conforme Figura 2

**Figura 2:** Taxa de informalidade no Brasil de 2002 a 2014



Fonte: (PNAD's, 2016 *apud* MATOS;SILVA, 2016, p. 251)

Conforme explana Feijó (2009) *apud* Souza (2010) para constituírem a economia informal é preciso que duas características estejam presentes: A não proteção por leis ou regulamentações, ou seja, sem reconhecimento do governo e tanto empregados quanto empregadores possuam alto grau de vulnerabilidade.

### 2.1.2 Motivos da Informalidade

Para Schneider (2006) alguns dos principais fatores causadores da informalidade são: (1) custo e burocracia na abertura da empresa; (2) complexidade do sistema tributário e carga tributária.

#### 2.1.2.1 Custos e burocracias na abertura de uma empresa no Brasil

Explica Furtado (2004) que para abertura de uma empresa no Brasil é necessário que o empreendedor passe por cerca de 17 procedimentos e compareça ou requeira serviços de aproximadamente 15 órgãos governamentais, sendo alguns deles: Prefeitura, Junta Comercial, Receita Federal, Registro de Pessoas Jurídicas (RCPJ), Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (em casos de mais de um sócio), Corpo de Bombeiros, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Alvara de Funcionamento .

Já Doing Business (2004) afirma que o empreendedor deve esperar cerca de 155 dias para começar a operar. Esse extenso prazo se dá pelo fato de os órgãos não serem interligados no processo, fazendo que o empreendedor tenha que levar vários documentos aos órgãos, aguardando a política de trabalho de cada um e aguardando o término para assim ser prosseguido o processo. Além de que imprevistos ou equívocos podem ocorrer fazendo assim que enrole ainda mais o processo, e sendo que a cada órgão possui um custo determinado para a efetuação do processo.

#### 2.1.2.2 Complexidade do Sistema Tributário e Carga Tributária

O ato de tributar faz parte da vida do homem desde que as primeiras sociedades começaram a se formar. Alguns autores apontam que os primeiros tributos foram oferecidos ao governo como forma de agradecimento pelo bom trabalho oferecido à sociedade (FERREIRA, 2015).

No Brasil, Ferreira (2015) explica que o tributo existe desde a época das primeiras expedições e também nas Capitânicas Hereditárias, no Governo Geral e na corte Portuguesa. Mas, o que vem a ser tributo? Segundo o Código Tributário Nacional em seu artigo 3º, o tributo é “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Atualmente, a carga tributária brasileira é pesada, e os principais tributos dispostos na Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser visualizado abaixo na Tabela 1.

**Tabela 1:** Tributos previstos Constituição Federal

<b>IMPOSTOS</b>	<b>COMPETÊNCIA</b>
INSS- Sobre a Folha de Pagamentos	Federal
COFINS- Para o Financiamento da Seguridade Social	Federal
PIS - Para o Programa de Integração Social -	Federal
PASE- Para a Formação do Patrimônio do Servidor Público -	Federal
CPMF- Sobre Movimentação Financeira	Federal
CSLL- Sobre o Lucro Líquido -	Federal
Sobre Salários para Custeio da Previ. de seus funcionários	Estadual / Municipal
IPI - Imposto s/ Produtos Industrializados	Federal
IOF- Imp. s/ Operações de Crédito, Câmbio e Seguros	Federal
ICMS- Imp. s/ Circ. de Mercadorias e Serviços	Estadual
ISS- Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	Municipal
IR - Imposto sobre a Renda e Proventos	Federal
ITR- Imposto Territorial Rural	Federal
IPVA - Imp. s/ Propriedade de Veículos Automotores	Estadual
ITCD - Imp. de Transmissão Causa Mortis e Doações	Estadual
IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano	Municipal
ITBI - Imposto de Transmissão Inter-Vivos	Municipal
II- Imposto sobre a Importação	Federal
IE - Imposto sobre a Exportação	Federal

Fonte: (BRASIL, 1988)

Conforme demonstra Tabela 1, são muitos os tributos no Brasil, fazendo com que muitos empreendedores desistam de abrir suas empresas, e vale lembrar que grande parte

desses tributos são utilizados como custeio para as ações públicas do governo, quando deveriam ser utilizadas em serviços básicos oferecidos à população, tais como saúde, educação e segurança (MACHADO, 2010).

### 2.1.3 Empreendedorismo

Empreendedorismo é o termo utilizado para exemplificar indivíduos que possuem uma forma criativa e inovadora de modificar um negócio. O empreendedor para Fillion (2000, p. 25) “é uma pessoa que empenha toda sua energia na inovação e no crescimento, manifestando-se de duas maneiras: criando sua empresa ou desenvolvendo alguma coisa completamente nova em uma empresa pré existente”. O SEBRAE (2007) assim classifica o termo:

Empreendedorismo é o procedimento de criar algo novo com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal. (SEBRAE, 2007, p. 15)

Sabe-se que o empreendedor é uma pessoa por natureza pesquisadora e criativa. outras características são citadas por Chiavenato (2007, p. 75): “criatividade, engenhosidade, perseverança e firme determinação. Elas quebram regras, assumem riscos e boa imaginação. Dolabela (1999, p. 71) concorda com o referido autor acima e ainda acrescenta:

Tem iniciativa, autonomia, autoconfiança, otimismo e necessidade de realização; Trabalha sozinho, o processo visionário é individual; Tem perseverança e tenacidade para vencer obstáculos; Considera o fracasso um resultado como outro qualquer, pois aprende com os próprios erros; Tem forte intuição; É orientado para resultados, para o futuro, para o longo prazo. Conhece muito bem o ramo em que atua; É um sonhador realista; Sabe buscar, utilizar e controlar recursos; Traduz seus pensamentos em ações.

Empreender significa fazer algo novo, conforme Dornelas (2001), então empreendedorismo quer dizer uma pessoa que busca sempre inovações, assume riscos calculados e tem ampla visão de futuro. O mercado atual necessita de empreendedores, de ideias novas e de pessoas ousadas para levar adiante o planejamento que muitas vezes não saem do papel. Segundo Drucker (1998), os empreendedores são em geral, práticos e inovadores. Os empreendedores tem em comum não um certo tipo de personalidade, mas o compromisso com a prática sistemática da inovação.

A inovação é função específica de espírito empreendedor e é o meio pelo qual, cria novos recursos produtores de riqueza ou investe recursos existentes com maior potencial para a criação de riqueza (DRUCKER, 1998, p. 49).



À medida que o empreendimento cresce e se transforma de empresa iniciante a empresa madura, o planejamento continuará sendo efetuado visando alcançar as metas a curto e longo prazo. O empreendedor possui características específicas como perseverança, foco, metas, e sempre atento às oportunidades de negócio que venham a aparecer. “Um estereótipo comum do empreendedor enfatiza características como uma enorme necessidade de realização, uma disposição para assumir riscos moderados e uma forte autoconfiança”. (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 2004, p.9)

O empreendedor é uma pessoa criativa, pesquisadora e que busca novos caminhos e soluções. O empreendedor está relacionado com assumir riscos calculados. É uma pessoa de visão, projeta sonhos e os realiza.

O que diferencia o empreendedor dos outros agentes da organização é a capacidade de definir visões, projetos que compreendem elementos de inovação e se afastam do que já existe. Em geral essas visões são construídas em torno de oportunidades de negócio que o empreendedor percebeu no mercado. A partir de visões a serem realizadas, ele desenvolve seu sistema organizacional, que compreende a interação com pessoas dentro da empresa, e o sistema de relações, que faz relação com o ambiente externo (FILION; DOLABELA 2000, p. 22)

Desta forma, o empreendedorismo procura enxergar oportunidades onde as demais pessoas veem problemas. Significa inovar, assumir riscos calculados desenvolver uma busca incessante por novidades. Para Cassiolato (2005) no mundo globalizado o mundo precisa de pessoas inovadoras e dinâmicas. A inovação é a introdução de algo novo no mercado. Drucker (2003) afirma que a inovação é uma estratégia competitiva e que o sucesso das organizações depende de serem ou não inovadoras.

A inovação é a função específica da capacidade empresarial, seja num negócio já existente, numa instituição de serviço público ou num pequeno negócio iniciado por um indivíduo na cozinha da família. É o meio através do qual um espírito empreendedor cria novos recursos de produção de riqueza ou desenvolve recursos já existentes com um potencial refinado para a criação de riqueza (DRUCKER, 2003, p. 8)

Os benefícios da inovação alavanca o consumo, oferta de emprego, melhora a situação econômica da sociedade que por sua vez aumenta o consumo ainda mais (BRITO, 2012). Dornelas (2005) sobre a inovação, o empreendedorismo e os sucessos dos empreendimentos lembra que um bom plano de negócios é essencial para que haja lucratividade e retorno esperado no novo negócio.

O plano de negócios é um excelente orientador para o novo empresário orientar-se, nele se pode traçar um rumo a se seguir, diretrizes que guiarão a empresa por toda sua vida. Sobre a importância do plano de negócios, Degen (1989), diz:

A descrição do negócio permite ao empreendedor determinar: a oportunidade do negócio, o conceito do negócio, o produto suas características, o mercado potencial e projeto de vendas, a análise da concorrência, a estratégia competitiva, a localização do negócio, a descrição da operação, a equipe gerencial, a descrição da administração, a necessidade de pessoal, a necessidade e fontes de recursos dos empreendedores e de terceiros, a estrutura da sociedade e os resultados esperados sob forma de pay-back e taxa interna de retomo (DEGEN, 1989, p. 188).

Para Domelas (2005), a relevância de se criar um plano de negócios vem da necessidade do empreendedor de esquematizar suas ações e descrever as estratégias da empresa. É também utilizado também como ferramenta de captação de recursos financeiros junto as entidades responsáveis.

O sucesso de qualquer empreendimento depende das decisões do seu gestor. Muitas dessas decisões são tomadas antes mesmo de se abrir o negócio e são pré-estabelecidas no plano de negócios, por esse motivo é tão importante a etapa da construção do plano. Dolabela (1999, p. 207) ainda enfatiza que o plano de negócios é um instrumento que proporciona ao empreendedor a capacidade de abrir um negócio correndo pouco risco.

O plano de negócios representa então um grande benefício para o empreendedor. Degen (1989, p. 178) elucida alguns benefícios:

- Reúne ordenadamente todas as ideias e assim permite uma visão de conjunto de todas as facetas do novo negócio;
- Impõe a avaliação do potencial de lucro e crescimento do novo negócio;
- Examina as consequências de diferentes estratégias competitivas de marketing, de vendas, de produção e de finanças;
- Permite que todas as avaliações e experiências sejam realizadas com base em simulações devidamente registradas;
- Constitui-se de documento básico e indispensável para atrair sócios e investidores.

Os benefícios são muitos e todos acima citados significam muito para o negócio que se inicia. Deve-se estar atento a ele, pois um plano de negócios bem elaborado é começo de uma empresa próspera e lucrativa. Sendo que Empresas são entidades lucrativas que se caracterizam dentre outros fatores pelo número de empregados, tamanho, rentabilidade anual e outros fatores. Fabretti (1993) define da seguinte forma:

Empresa é a unidade econômica organizada, que combinando capital e trabalho, produz ou faz circular bens ou presta serviços com finalidade de lucro. Adquire personalidade jurídica pela inscrição de seus atos constitutivos nos órgãos de registro próprio, adquirindo dessa forma capacidade jurídica para assumir direitos e

obrigações. A empresa deve ter sua sede, ou seja, deve um domicílio, local onde exercerá seus direitos e responderá por suas obrigações (FABRETTI, 1993, p. 36).

Toda empresa necessita por menor que seja, necessita de uma boa contabilidade para obter sucesso. Existem vários conceitos acerca do termo contabilidade. Barros (2002, p. 1) a conceitua como uma “ciência social que estuda a prática e as funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos da administração e da economia”, Já Gouveia (1993, p. 1) define como “um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico financeira dessa entidade”.

A contabilidade, existe desde os tempos da civilização antiga, cujas atividades comerciais se davam por meio da agricultura. Porém, desde o seu surgimento, a contabilidade sofreu várias alterações. Segundo Lima (2006), até o momento atual, a contabilidade passou por quatro etapas:

- a) Contabilidade do mundo antigo (teve início com a civilização do homem e durou até 1202 da Era cristã);
- b) Contabilidade do mundo medieval (Período que vai de 1202 até 1494 quando surge a “Contabilidade por partidas dobradas” de Frei Luca Pacioli;
- c) Contabilidade do mundo moderno (Período de 1494 à 1840 com a publicação da obra “*La Contabilità Applicatta Alle Amministrazioni Private e Pubbliche*”;
- d) Contabilidade do mundo científico (Inicia-se em 1840 e se estende até os dias atuais).

No Brasil, as primeiras atividades de contabilidade iniciaram no ano de 1530, pela necessidade de melhoria no controle das alfândegas, onde o contador, que era conhecido por guarda-livros tinha a função de elaborar contratos e correspondências, organizar o caixa (entrada e saída) e realizar a escrituração mercantil (REIS; SILVA; SILVA, 2007).

Outro marco importante para a contabilidade no Brasil se trata do Decreto- Lei nº 9.295 surgido em 1946, quando foi criado os Conselhos Federal e Regional de Contabilidade. Conforme explicam Reis; Silva; Silva (2007) a partir deste decreto foram classificados em contadores os indivíduos formados graduados em cursos superiores, técnicos de contabilidade os indivíduos formados em nível médio e guarda-livros aqueles que não tinham escolaridade formal.

O fato é que a contabilidade é um instrumento fundamental para as empresas. Ela se configura como essencial para o êxito das organizações e para controle da área financeira. conforme citação abaixo:

Contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores, isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. A contabilidade gerencial pode ser contrastada como contabilidade financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização (PADOVEZE, 2009, p. 36).

Nota-se que o contador é um profissional de grande relevância neste contexto, Gitman (1997, p. 13) afirma que “cabe ao contador coletar e apresentar dados financeiros da empresa aos seus gestores”.

A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 1997, p. 21).

Ao longo dos últimos trinta anos, as MPE vêm alcançando no Brasil uma significativa evolução e seu importante papel social e econômico tem se tornado cada vez mais evidente. São definidas pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Banco Nacional de Desenvolvimento, segundo a receita bruta anual e número de empregados (SEBRAE, 2014).

**Tabela 2:** Critérios de classificação de empresas (MEI – ME – EPP)

TIPO DE EMPRESA	
Microempreendedor individual - MEI	Lei 123/06 - Até R\$ 81.000,00
Microempresa - ME	Lei 123/06 - Até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte - EPP	Lei 123/06 - De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00

**Fonte:** (SEBRAE, 2017).

As MPE apesar de serem essenciais para a economia do país e abrirem suas portas com certa facilidade, passam por grandes dificuldades para se manterem e muitas delas fecham as portas antes mesmo de um ano de existência. Isso, segundo Godoy (2009) se dá por vários motivos, dentre eles a falta de estrutura especializada, alta concorrência, altos e excessivos tributos, falta de gestão financeira especializada.

## 2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

O Brasil é um país de grandes empreendedores. Sendo assim, o governo deu início no ano de 2008, com a intenção de formalizar o trabalhador informal, à Lei nº 128, que formaliza e garante benefícios aos que optam por regularizar-se através da figura do microempreendedor individual. Para se enquadrar na categoria, são necessárias algumas ações, tais como:

Ter uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais); Ser optante pelo Simples Nacional; Exercer atividades dos anexos I, II e III do Simples Nacional, assim como as atividades autorizadas pelo CGSN; Possuir estabelecimento único, sem filiais; Não participar de outra empresa como sócio, titular ou administrador; Ter apenas um empregado que receba no máximo um salário mínimo federal ou piso salarial da categoria profissional; Estar em condições de optar pelo Simples Nacional (BRASIL, 2011)

O Empreendedor Individual, paga seus impostos segundo sua receita através de um Documento de Arrecadação do Simples Nacional Microempreendedor Individual (DASMEI). Esse valor é fixo e deve ser pago mensalmente, cujo valor máximo é de R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos) para os empreendedores que não tiverem empregados. Segundo a Lei Complementar nº 128 de 2008, os impostos que cabem ao MEI, são classificados da seguinte forma:

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo. [...] V – o Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas: a) R\$ 47,70 (quarenta e sete reais e setenta centavos), a título a contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo; b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS (BRASIL, /2018, art. 18-A, § 3º, inciso V)

O valor pago de acordo com a atividade exercida, pode ser melhor compreendida observando-se a tabela 3

Tabela 3: Tributos do MEI de acordo com a atividade exercida

ATIVIDADE	VALOR MENSAL A PAGAR	TRIBUTOS ABRANGIDOS	
Comércio	R\$ 57,10	Contribuição R\$ 56,10	Previdenciária: ICMS R\$ 1,00
Indústria	R\$ 57,10	Contribuição R\$ 56,10	Previdenciária: ICMS R\$ 1,00
Prestação de Serviços	R\$ 61,10	Contribuição R\$ 56,10	Previdenciária: ISS R\$ 5,00
Comércio e Prestação de Serviços	R\$ 61,10	Contribuição R\$ 56,10	Previdenciária: ISS R\$ 5,00

Fonte (SOUZA, 2010, p.28).

Os benefícios para o microempreendedor individual são muitos, conforme cita o inciso VI, do 3º, art. 18-A da LC nº. 128/2008, o empreendedor individual optando pelo MEI, estará automaticamente dispensado dos seguintes impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Cita-se ainda que a LC nº. 128/2008 proporciona aos microempreendedores individuais optantes pelo MEI a cobertura previdenciária tanto para si quanto para seus dependentes.

**PARA O EMPREENDEDOR:** a) Aposentadoria por idade: mulher aos 60 anos e homem aos 65, observado a carência, que é tempo mínimo de contribuição de 180 meses, **a contar do primeiro pagamento em dia**; especificamente para esse benefício, mesmo que o segurado pare de contribuir por bastante tempo, as contribuições para aposentadoria nunca se perdem, sempre serão consideradas para a aposentadoria

b) Auxílio doença e Aposentadoria por invalidez: são necessários 12 meses de contribuição, **a contar do primeiro pagamento em dia**. É importante saber que, em relação ao benefício auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, nos casos de acidente de qualquer natureza ou se houver acometimento de alguma das doenças especificadas em lei, independe de carência a concessão desses dois benefícios.

c) Salário-maternidade: são necessários 10 meses de contribuição, a contar do primeiro pagamento em dia.

**PARA OS DEPENDENTES:** Pensão por morte e auxílio reclusão: esses dois benefícios têm duração variável, conforme a idade e o tipo do beneficiário (BRASIL, 2018, p. 1)

Outro benefício, também muito significativo para microempreendedores individuais que não possuem funcionários é dispensa de muitas obrigações acessórias, conforme cita Fenacon (2009)

Escrituração de livros contábeis e fiscais; Entrega de DCTF e DAFON; Entrega de declaração para fins de apuração do Índice de Participação dos Municípios (IPM); Entrega de declaração de serviços tomados e prestados; Entrega da declaração GFIP; Afixar quadro de horários de trabalho em suas dependências; Anotar as férias dos empregados em livros; Empregar menor aprendiz; Ter livro inspeção do trabalho; Apresentar Declaração de IRPF pelo fato de estar inscrito no CNPJ como MEI (FENACON, 2009, p.3)

No entanto, um fator bastante preocupante é o registro de mortalidade das empresas brasileiras. Segundo o SEBRAE (2014) a má gestão empresarial está entre as três principais causas de morte de empresas ainda em suas primeiras atividades comerciais.

### 2.3 MORTALIDADE DAS EMPRESAS

As empresas, sejam elas qual categoria for, desempenham um papel essencial na economia, pois geram renda e riqueza para o país, contribuem significativamente para o PIB e representam uma grande parcela no nível de emprego, porém, muitas empresas não sobrevivem nem ao primeiro ano de existência.

Como citado por Chiavenato (2008, p. 15), “nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam.” Diante disso o supracitado autor aponta algumas das possíveis causas de mortalidade nas empresas, que são apresentadas na Tabela 4:

**Tabela 4:** Possíveis causas de mortalidade de empresas brasileiras

CAUSA	%	DESCRIÇÃO
Inexperiência	72 %	Incompetência do empreendedor; Falta de Experiência de campo; Falta de experiência profissional; Experiência desequilibrada.
Fatores econômicos	20 %	Lucros insuficientes; Juros elevados; Perda de mercado consumidor restrito; Nenhuma viabilidade futura.
Vendas Insuficientes	11 %	Fraca competitividade; Recessão econômica; Vendas Insuficientes; Dificuldade de estoques.

Despesas excessivas	8 %	Dividas e cargas demasiadas; Despesas operacionais.
Outras causas	3 %	Negligencia; Capital insuficiente; Clientes insatisfeitos; Fraudes; Ativos insuficientes

Fonte: (CHIAVENATO, 2008, p. 15).

Na concepção de Dornelas (2005) são causas para a mortalidade de pequenas e micro empresas a falta de planejamento, má gestão, insuficiência das políticas de apoio e fatores pessoais. Sendo assim, ele elenca uma lista de acordo com a porcentagem em que incidem, conforme apresenta a Tabela 5

**Tabela 05:** Fatores que causam a mortalidade em pequenas e micro empresas por ordem de incidência

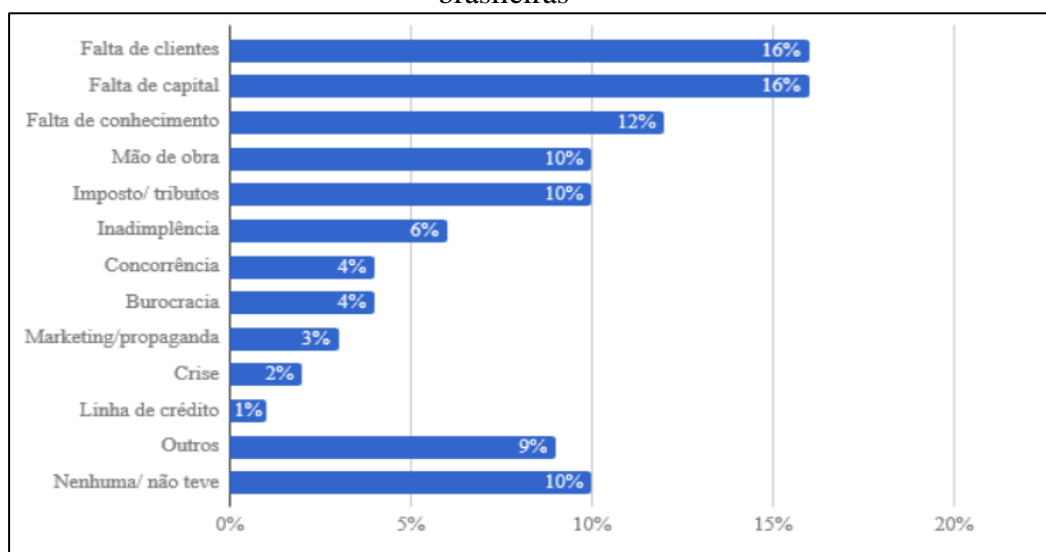
FATORES	%
Incompetência Gerencial	45%
Expertise Desbalanceada	20%
Inexperiência em Gerenciamento	18%
Inexperiência no Ramo	9%
Negligencia nos Negócios	3%
Fraudes	2%
Desconhecidos	2%
Desastres	1%

Fonte: (DORNELAS, 2005, p. 95)

Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae em 2016, as principais dificuldades enfrentadas no primeiro ano de atividade das empresas são: falta de clientes, falta de capital, falta de conhecimento, mão de obra, imposto/ tributos, inadimplência, concorrência, burocracia, marketing / propaganda, crise, linha de crédito e o outros, conforme apresenta a Figura 3



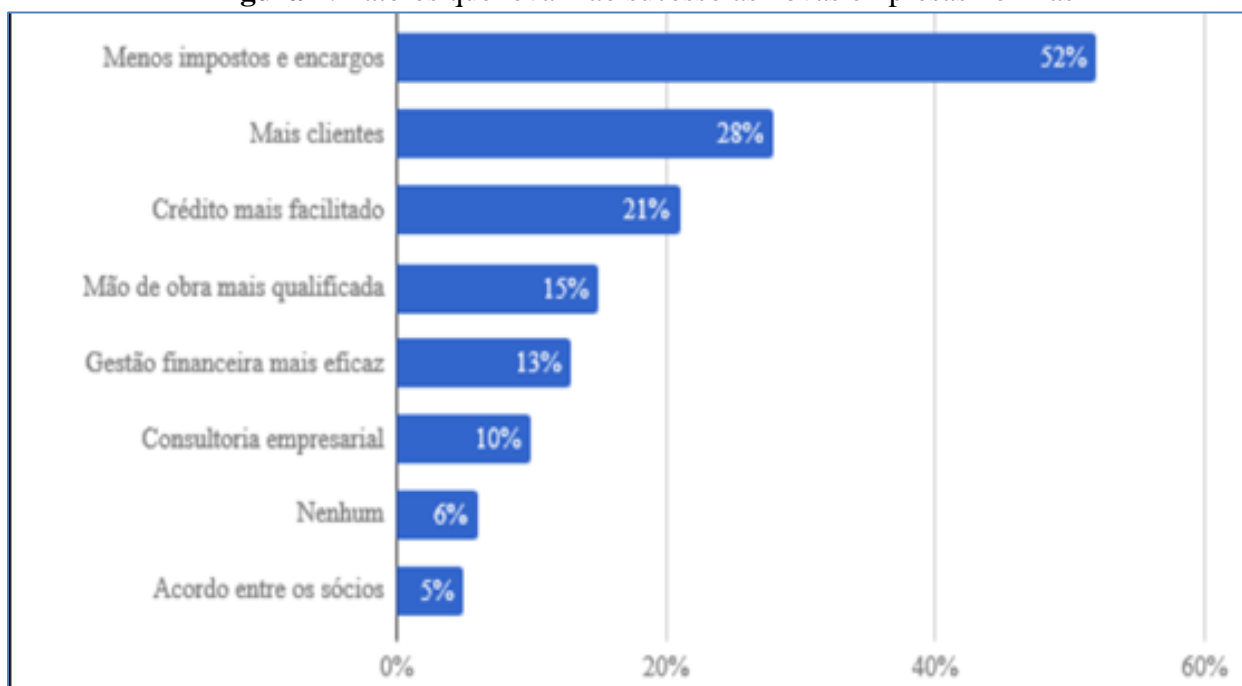
**Figura 03:** Principais dificuldades enfrentadas no primeiro ano de atividade das empresas brasileiras



Fonte: (SEBRAE, 2016, p. 34)

A mesma pesquisa realizada pelo SEBRAE (2016) objetivou saber das empresas que fecharam suas portas, o que teria sido útil para evitar que as mesmas fechassem as portas. Os resultados incluem entre outros fatores as seguintes repostas: Menos impostos e encargos, mais clientes, crédito facilitado e mão de obra qualificada, conforme apresenta Figura 4

**Figura 4:** Fatores que levam ao sucesso as novas empresas no Brasil



Fonte: (SEBRAE, 2016, p. 35)

Observa-se segundo os dados apresentados na Figura 4 que a questão dos impostos e encargos foi o mais apresentado por empreendedores que tiveram suas empresas encerradas. Por esse motivo, Barros (2015) cita que é muito importante que o empreendedor faça um bom planejamento de seu novo negócio e neste planejamento conste condições de capital de giro, carga tributária que incidirá sobre o negócio, possível falta de clientes ( em tempos de crise, principalmente) e outros fatores que também são relevantes, tais como a concorrência, despesas administrativas e falta de mão de obra capacitada.

Neste contexto, Moraes (2006) lembra que, principalmente em novos negócios, a presença de um contador é de extrema relevância para boa condução do empreendimento.

A falta de um contador se faz ainda mais relevante principalmente em casos onde o negócio é a principal fonte de renda do empreendedor, ou o mesmo não possui experiência como empresário anteriormente. Para Moraes (2006), a ausência de um contador também deveria entrar na lista de principais causas de mortalidade de empresas, visto que muitas delas, optam por realizarem sua própria contabilidade.

### **3. METODOLOGIA**

Tem-se como pesquisa científica a realização de uma investigação desenvolvida de acordo com a metodologia, que é entendida como etapas em conjunto que são dispostas para a conclusão do tema proposto, sendo que para Gil (2008) pode ser dividida em forma de abordagem que se dá por qualitativa ou quantitativa; por seus objetivos que são: pesquisa exploratória, descritiva, ou explicativa; bem como os procedimentos técnicos como pesquisa bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso, entre outros. Portanto as etapas abordadas no trabalho serão contextualizadas nesse tópico.

A pesquisa exploratória tem objetivo a exploração, descoberta, a elucidação de fenômenos ou fatos que antes não eram aceitos apesar de evidências conforme cita Gonçalves (2014). Para Gil (2008) tem como principal finalidade a aplicação nas análises de pouco conhecimento, desenvolvendo, modificando ideias e conceitos para se chegar a uma conclusão de um problema mostrando a sua importância.

O tipo de pesquisa é a pesquisa bibliográfica que é retirada e desenvolvida a partir de materiais já realizados, onde os materiais são constituídos através de artigos científicos, livros,

internet, jornais, entre outros materiais confiáveis, com o intuito de citar as obras de outros autores (GIL, 2008).

A forma de abordagem utilizada foi a pesquisa quantitativa que de acordo com Fonseca (2002) é uma pesquisa centrada na objetividade dos fatos, levando em conta que a realidade só poderá ser compreendida se analisada a partir dos dados brutos. Por ter ligação a pensamentos positivistas lógicos, a tendência da mesma é enfatizar o raciocínio dedutivo e experiências humanas.

#### **4. CONCLUSÃO**

Conclui-se com presente estudo a análise de que a economia informal é decorrente de vários fatores, como a economia do país, cultura, escolaridade, falta de condições para manter seu próprio negócio devido à alta carga tributária, e tem como maior incidência quando as taxas de desemprego estão altas, entre outros fatores que afetam diretamente na economia do país já que não fazem os devidos recolhimentos e contribuições devidas.

Contudo como iniciativa do Governo foi criada a figura do MEI que permite a formalização de negócios com baixo custo, bem como a manutenção com redução das cargas tributárias, com isso tem-se o incentivo para se formar mais empreendedores e consequentemente gerar se mais renda, favorecendo assim a economia do município já que a atividade empresarial amplia a capacidade produtiva do país e melhora a condição de vida da população.

Para tanto, ver-se-á refletido que a maioria dos empreendedores, bem como as pessoas físicas no geral procuraram meios alternativos para a obtenção de renda, seja para se livrarem do desemprego iminente, correr da alta carga tributária e principalmente evitar uma provável mortalidade do seu negócio. Essa “válvula de escape” será acessada pelos meios informais.

No que tange a forma de emprego informal é de suma importância para a pessoa buscar meios de sobrevivência, o que caracteriza uma espécie de desemprego disfarçado, não obstante este método contribui com as elevadas taxas de desemprego do país, bem como outros índices que despromovem o crescimento econômico do país.

O crescimento exponencial da criação de empresas MEI age consoante a investida de alavancagem a economia, tendo em vista uma oportunidade, em tempos difíceis, caso, por exemplo um comércio ambulante, um cabelereiro, pequenos bares e lanchonetes, etc.

Todos procuram uma desburocratização para facilitar no procedimento de abertura a fim de viabilizar sua situação jurídica de suas empresas. Empresário e empreendedores que decidirem arcar com direitos e obrigações e terem, contudo, reconhecida as suas atividades profissionais poderão, conseqüentemente, gozar de benefícios fiscais, créditos tributários e trabalhistas, tais como direito a contribuição e benefícios da previdência social, e buscar a contribuição da previdência assegura o próprio futuro e melhores condições no próprio.

## 5. REFERENCIAS

BALTAR, P. **Estrutura ocupacional no Brasil dos anos 90**. Relatório de Pesquisa. Campinas: Editora da Unicamp / Fapesp, 2010.

BARROS, Sidney Ferro. **Curso Básico de contabilidade**. São Paulo. IOB, 2002.

BARROS, F.D. **A Importância do Planejamento Estratégico das Micro e Pequenas Empresas**: Estudo de Caso na empresa Casa do Campo.. 60f. Trabalho de conclusão de curso de Administração de Empresas da Fesurv- Universidade de Rio Verde- Campus Caiapônia, 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº. 123, de 10 de novembro de 2011. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm) > Acesso em 22.11.2018.

BRASIL, **Previdência e demais benefícios. Portal do Empreendedor – MEI**, Disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/5-previdencia-e-demais-beneficios>. 2018. Acesso em 26.11.2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 19.10.2018.

BRITO, Sirlene de Oliveira. **Criatividade e Inovação**: Fatores essenciais para a sobrevivência das organizações. Rio de Janeiro, 2012.

CACCIAMALI, Maria Cristina; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Tiago de Garcia. **Empreendedorismo tupiniquim**: notas para uma reflexão. In: CONINTER, 1, 2012, Niterói/RJ. ANAIS DO I CONINTER. Niterói/RJ: 2012.

CASSIOLATO, José Eduardo. **A importância da inovação no Brasil do século XXI**. Bahia Análise & Dados. Salvador: 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: O capital humano das organizações. 8ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Empreendedorismo**: Dando asas ao espírito empreendedor. 2ª Ed. Editora Saraiva, 2007.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. **lei Nº 5.172, De 25 De Outubro De 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis da união Estados e Municípios. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm). Acesso em 18.11.2018.

DEGEN, R. J. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989

DOING Business in 2004; **Understanding Regulation. World Bank**, 2004. Disponível em: [http://www.worldbank.org/404\\_response.htm](http://www.worldbank.org/404_response.htm). Acesso em: 17/11/2018.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. 11ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, Ed. Campus, 2001.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

DRUCKER, Peter. **A Profissão de Administrador**. São Paulo: Pioneira, 1998. Disponível em: < <http://www.unicap.br/marina/profadm.html>>. Acesso em: 21.11.2018.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Entrepreneurship, 2003.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 1996.

FENACON; SEBRAE. **Cartilha do empreendedor individual**. Brasília: Copyright, 2009

FERREIRA, Rodrigo. **Tributos**: Origem e evolução. Breve abordagem histórica sobre a evolução dos tributos. 2015. Disponível em <https://rfersantos.jusbrasil.com.br/artigos/222353175/tributos-origem-e-evolucao>. Acesso em 21.11.2018.

FILLION, Louis Jacques. **O Empreendedorismo como tema de estudos anteriores**: panorama brasileiro. Instituto Evaldo Lodi, Brasília: IEL, 2000.

FILION, Louis Jacques & DOLABELA, Fernando e. **Boa Ideia! E Agora?!**: Plano de Negócio o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa. 1ª Ed. São Paulo: Cultura

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila Editores Associados, 2000.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997

FURTADO, C.: Empresas – **A dura vida do empreendedor** . 2.ed. Brasília. Setembro, 2004. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=744:repor-tagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=744:repor-tagens-materias&Itemid=39). Acesso em: 02/10/2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. Pagina 20

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Habra, 1997

GODOY, Marcelo da Silva. **Planejamento Estratégico aplicado a uma microempresa**: Tenda Plus Lonas e Coberturas. Artigo (Graduação em Ciências Administrativas) – UFRGS/RS, Porto Alegre. 2009.

GONDIM, S. M.G; FEITOSA, G. N; SANTOS, I. C. N; SÁ, M. O; BONFIM, M. C. **Carteira de trabalho, artigo de luxo.** O perfil psicossocial de trabalhadores informais em Salvador, Bahia. Estud. Psicol. 2006;

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade básica.** 2 a ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>. Acesso em 22.11.2018.

LIMA, Ariovaldo Alves. **Contabilidade Básica.** 2006. Disponível em: [www.grupoempresarial.adm.br](http://www.grupoempresarial.adm.br). Acesso em 20.11.2018.

LONGENENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J.W. **Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial.** São Paulo: Pearson, 2004.

MACHADO, Patrícia Bianchi. **Manual do processo eletrônico de inscrição do microempreendedor individual (MEI),** 2010. Disponível em <<https://www22.receita.fazenda.gov.br/arquivos/manual.pdf>> Acesso em 22.11.2018.

MORAIS, L.C: **Condicionante de Mortalidades de Micro e Pequenas Empresas em Rio Verde, período de 2000 a 2005.** Trabalho de conclusão de curso de Ciências Econômicas da Fesurv- Universidade de Rio Verde, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil.** 7ª Ed. Editora Atlas, 2009.

PORTELA, P. H. G. **Direito internacional Público e Privado.** Salvador: Jus Podivm, 2009.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1191-2001.** 2016. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_0191.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_0191.pdf). Acesso em 23.11.2018.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. **A História da Contabilidade no Brasil.** UNIFACS. São Paulo 2007.

SCHNEIDER, F.; ENSTE, D. **Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences.** Vol. XXXVIII, p.77-114. Março, 2006 Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/3928/WPS5356.pdf?>. Acesso em: 11/11/2018.

SEBRAE: **Cartilha do Microempreendedor Individual.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:< <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Cartilha%20MEI%20jan2014.pdf>>. Acesso em: 01/11/2018.

SEBRAE, **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2016. Disponível em <http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Sobrevivência-de-Empresas-no-Brasil-2016-FINAL.pdf>. Acesso em 20.11.2018.

SEBRAE,, **“Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil, 2003-2005”**. Brasília, agosto/2007. Disponível em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf). Acesso em 22.11.2018.

SILVA, José Alderir; MATOS, Amanda Gabriella. Evolução do emprego formal e informal no Brasil: 2020-2014. **Revista de Administração e negócios da Amazônia**. 2016. Disponível em <http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/1778/1665>. Acesso em 20.11.2018.

SOUZA, Dayanne Marlene de. **Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do microempreendedor individual**. 2010. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/127035>>. Acesso em 13/11/2018.

MENDES, R; CAMPOS, A. C.C. **Saúde e segurança no trabalho informal**: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. Rev. Bras. Méd. Trab. 2004 Jul - Set; 2(3): 209-23.